

**HABEAS CORPUS Nº 476.617 - SP (2018/0287272-3)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : JOSE LUIS STEPHANI  
**ADVOGADO** : JOSE LUIS STEPHANI - SP0100704  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNA TAINE PAGANOTTI (PRESO)

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ACUSADA PRIMÁRIA, DE BONS ANTECEDENTES, RESIDÊNCIA FIXA, A QUAL CONFESSOU QUE GUARDAVA AS DROGAS A PEDIDO DE TERCEIROS. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA MAIS GRAVOSA. PROPORCIONALIDADE. APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE.

1. *In casu*, embora haja fundamento concreto e idôneo a justificar a segregação cautelar, entendo que, à luz das particularidades do caso concreto, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão sejam mais adequadas, considerando, inclusive, pelo que se tem dos autos, que se trata de acusada primária, detentora de bons antecedentes e com residência fixa, além de que confessou que guardava os entorpecentes em sua residência a pedido de Luan Felipe Boff, outro corréu, que, inclusive nos autos do HC n. 478.297/SP, de minha relatoria, concedi a ordem para revogar a prisão preventiva, visto que carente de fundamentos a justificá-la.

2. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor da paciente, aplicando, contudo, as seguintes medidas cautelares: a) comparecimento periódico em juízo, a cada 15 dias, para informar e justificar as suas atividades; b) proibição de ausentar-se da comarca sem prévia autorização do magistrado; c) recolhimento domiciliar no período noturno, das 20h às 6h, e nos dias de folga; d) comparecimento a todos os atos do processo a que for intimada; e e) proibição de qualquer contato com o denunciado Luan Felipe Boff.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conceder a ordem nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator